

ATA Nº 02/2012.-----
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
EXECUTIVO MUNICIPAL REALIZADA
NO DIA DEZASSEIS DE JANEIRO DE 2012. -

No dia dezasseis do mês de janeiro do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Concelho de Tomar, sito na Praça da República, nesta cidade, reuniu a Câmara Municipal de Tomar, em reunião extraordinária sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara – Carlos Manuel de Oliveira Carrão, encontrando-se presentes os Exm^{os}. Senhores Vereadores José António Becerra Vitorino, Pedro Alexandre Ramos Marques, Maria do Rosário Cardoso Simões, Luís José da Silva Ferreira, Graça Maria Marques Costa e José Manuel Farinha Perfeito.-----

Da Ordem do Dia que se transcreve constava o seguinte assunto: -----

- SITUAÇÃO DO HOSPITAL DE TOMAR NO CONTEXTO NO CENTRO
HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO -----

Sendo quinze horas, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião e antes de entrar propriamente no assunto da Ordem do Dia prestou os seguintes esclarecimentos: -----

1 - Após reunião com a ASCENDI, ficou definitivamente assumido que a área de serviço da Asseiceira irá denominar-se de Área de Serviço de Tomar.-----

Dessa reunião, foi também assumido o pagamento, pela ASCENDI da iluminação pública dos nós de ligação, até à presente data, com solicitação à EDP para que proceda à alteração do titular da fatura.-----

2 - Informou ainda que já foi publicada a planta de REN do Parque Desportivo do Açude de Pedra.-----

3 – A empresa Parque Escolar solicitou uma reunião para tratar do assunto da entrada da Escola Secundária Jácome Ratton e, apesar de terem feito um conjunto de considerações acerca das infraestruturas já instaladas, informou-os que iriam dar cumprimento à deliberação tomada pelo Executivo no sentido de se marcar uma reunião conjunta com a Parque Escolar, Escola e moradores, para que se tome definitivamente uma decisão. -----

4 - Relativamente à ParqT, tendo em conta que não foi possível assumir o pagamento até trinta e um de dezembro, foi proposto, com o acompanhamento do advogado, continuar a assumir o

pagamento dos juros mensais, enquanto não existirem condições para cumprir o acordo e ir pagando cerca de 100.000 Euros mensais, consoante as disponibilidades de tesouraria. -----

Nesta altura, a reunião foi interrompida por populares que forçaram a entrada da sala de reuniões. -----

Acalmados os ânimos, o Sr. Presidente continuou a sua intervenção relativamente ao assunto interrompido, informando que a ParqT depositou o primeiro cheque informando que iriam instaurar a execução, propondo, no entanto, uma eventual alternativa. A alternativa seria um acordo tripartido entre a ParqT, o Município e uma entidade bancária que estivesse disponível para o efeito. Mostrou à ParqT a sua disponibilidade para analisar esse acordo, estando, neste momento, a aguardar uma resposta. -----

Seguidamente deu-se então início à discussão do assunto constante da ordem de trabalhos, tendo o Sr. Presidente colocado à consideração do Executivo o acesso presencial da comunicação social na reunião. -----

O Sr. Vereador José Vitorino referiu que, no seu entender, não considera necessária a permanência dos jornalistas durante toda a reunião, até porque a decisão que vier a ser tomada requer alguma serenidade. Sugeriu que a comunicação social possa ficar no início da reunião, para tomar conta dos objetivos da reunião, e no final se transmitam as conclusões da mesma. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques referiu que gostaria que ficasse registado que não é essa a opinião dos Independentes *por* Tomar. Entende precisamente o contrário. Esta situação só tem vantagens se for tratada com toda a transparência e não veem qualquer razão para que a comunicação social não possa estar presente. -----

No seguimento das anteriores intervenções, foi chamada a comunicação social para assistir à reunião.-----

O Sr. Presidente referiu estarem ali todos na defesa intransigente dos interesses de Tomar. Obviamente as pessoas têm as suas divergências do ponto de vista pessoal, do ponto de vista político/partidário, mas neste momento estão ali todos pelo Hospital de Tomar.-----

Não quis tomar qualquer posição pública sem saber exatamente a posição do Executivo Municipal. Obviamente tem a sua opinião pessoal, mas enquanto Presidente da Câmara, entende que a sua opinião deve refletir a posição do Executivo Municipal que todos representam. -----

Esta reunião extraordinária visa exatamente analisar a situação do Hospital de Tomar no contexto do Centro Hospitalar do Médio Tejo e tomar uma posição face ao que se prevê que venha a acontecer. -----

Para além de não ter querido tomar posições públicas, sem a realização desta reunião de Câmara, também não o quis fazer sem saber, em concreto, a posição do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo. -----

Em síntese, a posição que lhe foi transmitida pelo Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, Sr. Eng.º Esperancinha, foi de que o Hospital de Tomar está integrado num conjunto de três unidades que constituem o Centro Hospitalar do Médio Tejo e que, em nome da complementaridade, em nome da utilização dos seus recursos, o plano estratégico passará por fazer a concentração de serviços. Neste momento, o Conselho de Administração está a definir uma reorganização dos serviços das três unidades, na lógica de um único hospital, o que se traduz na existência de um único serviço de urgência médico-cirúrgica que está previsto para o Hospital de Abrantes. Nos Hospitais de Tomar e Torres Novas ficará apenas um serviço de urgências básicas a trabalhar 24 horas por dia, com dois médicos e ambulâncias medicalizadas. Em termos de valências, a grande alteração proposta, vai no sentido da medicina interna ser dividida entre os Hospitais de Abrantes e Torres Novas e, em Tomar, ser concentrada toda a cirurgia, tendo em conta que o Hospital foi construído inicialmente com quatro blocos operatórios, exatamente para esse efeito, ficando ainda com a otorrinologia. A pediatria passará de Abrantes para Torres Novas. -----

Estas alterações assentam em três grandes aspectos. O concelho de Tomar e concelhos limítrofes saem prejudicados. Para além de se perder o conceito de proximidade, no que diz respeito às urgências em termos gerais, e obviamente aos internamentos derivados da medicina interna, estas alterações também vão implicar um conjunto de deslocações mais frequentes, quer para Abrantes, quer para Torres Novas, que também irão trazer mais encargos à população, em virtude das portagens. -----

Também nos preocupa a fixação dos funcionários, dos médicos, dos enfermeiros, dos auxiliares e de toda a gente que, neste momento, fruto daquilo que é a oferta do ponto de vista da prestação dos cuidados de saúde, trabalham no nosso Hospital. Estas alterações vão certamente ter implicações a nível dos postos de trabalho, apesar de ter sido assumido publicamente, pelo Sr.

Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, que serão mantidos os postos de trabalho mas que, obviamente, haverá alterações. -----

Em síntese, são estas as alterações previstas e tanto quanto percebeu, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo vai fazer uma conferência de imprensa amanhã, onde tornará pública esta reestruturação. Estas alterações foram comunicadas aos Presidentes de Câmara de Torres Novas, Abrantes e a ele próprio, razão pela qual convocou esta reunião para, formalmente, o Executivo Camarário se pronunciar relativamente a todas as alterações que foram apontadas.-----

Independentemente do ponto de vista pessoal de cada um, não restam dúvidas de que estão ali todos pela defesa dos interesses de Tomar. Os interesses de Tomar passam por salvaguardar uma cuidada prestação de serviços à população. A população precisa, tanto na área da saúde, como noutras áreas, desse apoio e, portanto, procurarão através deste Executivo Camarário, fazer valer aquilo que são os interesses da população que representam. -----

Informou ainda que, nessa manhã, sabendo da existência desta Reunião, a CDU entregou-lhe para ser distribuído por todos os Vereadores, a sua posição sobre o assunto. -----

O Sr. Vereador José Vitorino agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente tendo em conta que tem havido alguma desinformação relativamente à questão da reestruturação do Centro Hospitalar do Médio Tejo, nomeadamente no que diz respeito ao Hospital de Tomar. Essa desinformação só existe porque não tem havido informação através de reuniões de trabalho com a Administração Hospitalar com vista a que os Autarcas estejam em primeira linha no entendimento, compreensão e defesa dos interesses do Concelho, que dizem respeito a essa matéria.-----

Informou que, no Partido Socialista, foram tomadas algumas posições, das quais não vão abdicar, estando certo que são posições consensuais. Em primeiro lugar considera que o Centro Hospitalar do Médio Tejo não pode ser encarado como um Hospital porque, não há portagens entre os diferentes serviços de um Hospital. Essa realidade não pode ser afastada de todo o processo de reestruturação. Há distâncias, há condições geográficas, há condições sociais e há, até hoje, a diminuição da qualidade dos acessos. Foi a facilidade dos acessos que levou à tentação de concentrar os serviços, e hoje, verificamos que essa facilidade não está acessível a todos. Existem custos para quem faz uso frequente dos serviços hospitalares, logo, por essa razão, esta situação

tem de ser considerada neste processo. Estão disponíveis para analisar a reestruturação. No entanto, entendem que esta deve ser feita com base em dois objetivos essenciais: servir a população sem perda de qualidade e procurar a economia de meios. Não se pode encarar nenhuma decisão sem se pensar seriamente nos custos que a decisão acarreta. Nesta situação, conhecemos o resumo, conhecemos o resultado, mas não sabemos as razões que levaram a deslocar a urgência para um lado, a retirar a medicina interna de outro, enfim as razões que levaram a esta reestruturação. A reestruturação tem de ser clara em relação aos dois aspetos referidos. Por um lado, não perder a qualidade do serviço relativamente aos utentes do Concelho de Tomar, porque entende que se tem de defender os utentes do Concelho. Por outro, que comprove claramente que vai no sentido da economia do serviço hospitalar. No entanto, entende que se deve partir do princípio que, se há circunstância básica, se há direito básico da população, é o do direito à saúde. A nível nacional, temos provas dadas que nem sempre há cuidado com os gastos, e isso é hoje uma preocupação que começa a ser muito clara na sensibilidade das pessoas. Porém, será certamente a saúde que deve ser a mais preservada dos sacrifícios, independentemente das razões de economia ou de custos.-----

Referiu que esta é a posição do Partido Socialista e que não estará longe daquilo que os outros Vereadores pensam.-----

A Sra. Vereadora Graça Costa tomou a palavra referindo que, relativamente ao que foi transmitido pelo Sr. Presidente, obviamente tem a sua opinião. É importante que se perceba que o problema da gestão do Centro Hospitalar do Médio Tejo, no qual está incluído o Hospital de Tomar e este sucessivo carrossel de entra valência, sai valência, reestrutura daqui, retira dacolá, é algo que tem que preocupar, quer os diversos agentes diretamente implicados na gestão do Centro Hospitalar do Médio Tejo, quer quem usufrui dos serviços prestados por eles. Todas as questões levantadas pelo Sr. Vereador José Vitorino são pertinentes porque, não é só o facto de existir a necessidade de uma gestão articulada dentro dos três hospitais, são todos os custos inerentes que daí decorrem do ponto de vista económico, financeiro e social, e nesse ponto, estão plenamente de acordo. Mas a questão fundamental que quer levantar, após terem sido confrontados com esta primeira explicação por parte do Sr. Presidente da Câmara, relativamente ao que lhe foi comunicado pelo Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, Sr. Eng.º Esperancinha é, qual foi a sua resposta. Qual foi a sua reacção perante esta comunicação.

Neste ponto, em seu entender, é que está o busílis da questão. Relativamente ao Centro Hospitalar do Médio Tejo, Tomar, sistematicamente, tem agido por reação. Tem sido reativo em relação a decisões que têm sido tomadas e não têm tido uma reação preventiva relativamente a posições que podem ser tomadas e que, ao serem comunicadas ao Executivo Camarário, já têm um contorno de definição. São definitivas, irreversíveis. O que lamentam, mais uma vez é que, efetivamente, a grande conquista de abril, que foi o serviço nacional de saúde, vem sendo sistematicamente destruída por parte dos sucessivos governos, nesta triste democracia de quase quarenta anos, em que temos vindo a viver. Houve grandes conquistas que neste momento estão enterradas ou moribundas. Em relação a esta questão em concreto, o importante é perceber o que é que o Executivo de Tomar tem feito ao longo destes anos, desde que se começou a perceber que o Centro Hospitalar do Médio Tejo nunca o seria enquanto estrutura integrada, porque houve sempre parentes pobres e parentes mais abastados neste Hospital. Desde que isto foi percebido, por parte das várias Câmaras, percebeu-se que nunca se conseguiria criar uma unanimidade em termos de procedimentos por parte das três Câmaras onde estão sediados os três hospitais do Centro Hospitalar do Médio Tejo. Convém não esquecer que o Centro Hospitalar do Médio Tejo não serve apenas os Concelhos de Tomar, Abrantes e Torres Novas, serve uma população de cento e tal mil pessoas e, portanto, há aqui muita matéria que exigiria reflexão por parte de todos os intervenientes, uma consonância de esforços por parte dos três Presidentes de Câmara, da Comissão Inter-Municipal e da ComUrb. Gostariam de conseguir ter um consenso dos sete, relativamente àquilo que é a defesa intransigente do Hospital de Tomar, independentemente de concordarem com a necessidade de uma reestruturação. De facto é necessária uma reestruturação, mas deve ser feita com critérios, com normas, e sobretudo, deve ser feita com respeito pelas pessoas. Enquanto os envolvidos na matéria não meterem na cabeça que tem que falar a uma só voz e não defender o seu quintal e a sua capela, o Centro Hospitalar do Médio Tejo nunca concretizará a sua função e haverá sempre aqueles que irão morrer mais depressa do que outros. Tomar tem a sua morte anunciada. Cabe-nos a nós e à proatividade que consigamos ter junto das outras Câmaras envolvidas, para que este processo ainda tenha alguma hipótese de ser reversível.---

O Sr. Vereador Luís Ferreira referiu que gostaria, em nome do Partido Socialista, de agradecer ao Sr. Presidente da Câmara ter convocado esta reunião, após as reuniões havidas com os trabalhadores nos últimos dias da passada semana, e que levaram a um conjunto de especulações

sobre alterações não discutidas e não previamente articuladas com nenhum dos Autarcas do Médio Tejo. Neste contexto, é importante dar conta do trabalho que cada um dos partidos ou movimentos fizeram relativamente a esta matéria. O Partido Socialista, na passada quinta-feira, tomou desde logo posição sobre esta questão. Falou com os deputados da Assembleia da República, nossos representantes e, nesse contexto, na sexta-feira, colocaram ao Sr. Ministro da Saúde, que é a tutela, as seguintes questões, que lembrou: -----

- Que critérios técnicos estão subjacentes ao encerramento destas valências na Unidade de Tomar?
- Em que medida está assegurada a prestação de cuidados de saúde nos Concelhos de Tomar, Ferreira do Zêzere e Ourém? -----
- Que articulação foi feita entre a transferência destas valências e as redes das extensões dos centros de saúde? -----
- Estão ou não assegurados os postos de trabalhos dos profissionais que prestam serviços nestas valências?-----

Segunda a informação transmitida logo no início desta reunião, pelo Sr. Presidente da Câmara, esta última questão colocada, parece estar assegurada e, portanto, não há razões para não acreditar nas suas palavras.-----

Relativamente às outras questões já colocadas pelos deputados, urge refletir sobre dois ou três aspetos que considera primordiais.-----

Em primeiro lugar, perceber que estão perante um ataque sistematizado, organizado e claramente com o objetivo de destruir o serviço nacional de saúde. Não é a primeira vez que há especulações das alterações de valências na unidade de Tomar do Centro Hospitalar do Médio Tejo. Não é a primeira vez que há especulações sobre os cuidados de saúde primários, vulgo extensões médicas, centros de saúde e respetivas extensões nas freguesias, quer no contexto nacional, quer no Médio Tejo. Todos se recordam, no verão de 2010, ter havido uma grande especulação sobre uma reorganização que veio a ser, naturalmente, parada, por não haver garantias de articulação com os dignos representantes do povo, que são as Juntas de Freguesia, em primeira instância, e os Municípios, em segunda instância. Aqueles que, na altura, se mostraram muito preocupados com a destruição da rede dos cuidados de saúde primários, deveriam ser hoje os primeiros, a estar na linha da frente na defesa do nosso serviço nacional de saúde e na defesa do Hospital de Tomar. O que poderá fazer o Executivo Municipal, colocado perante tamanha responsabilidade, e apenas

com as informações dadas pelo Sr. Presidente no início desta reunião. Recordou que o Hospital de Tomar ficará apenas e só com uma urgência básica, ou seja, com dois médicos de serviços e com um pequeno grupo de pessoal de enfermagem, além de uma ambulância medicalizada. Recordou ainda uma proposta idêntica que um grupo técnico, há uns anos, no tempo do Sr. Ministro Correia de Campos, chegou a equacionar para o Hospital de Tomar. Recordou também que, nessa mesma altura, estiveram todos completamente contra essa hipótese, porque não resolvia, não era justa e não correspondia aos anseios e ao trabalho de dezenas e dezenas de autarcas ao longo de várias décadas, ao trabalho de centenas e centenas de profissionais que ao longo de várias décadas trabalharam para tornar a unidade de Tomar numa unidade de referência no contexto da saúde da região e do país. Neste contexto, a passagem da urgência do Hospital de Tomar para uma urgência básica é um erro grave. Entende que o Executivo não pode, nunca, aceitar essa medida como sendo um mero ato de gestão. As decisões transmitidas pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo não podem ser consideradas meros atos de gestão, elas consubstanciam uma alteração substancial da qualidade da prestação dos cuidados de saúde às populações. Sugeriu assim que, a deliberação que se venha a tomar, seja clara, ao recusar a passagem da urgência do Hospital de Tomar para uma urgência básica. Na sua opinião o Executivo Municipal deve recusar liminarmente as outras alterações previstas em relação às valências, já que as alterações não foram explicadas, não foram demonstradas como absolutamente necessárias, tarefa que competiria ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo em reuniões com os Presidentes de Câmara. Todos sabem que é possível poupar dinheiro em qualquer serviço público, todos têm mais ou menos experiências de gestão e todos sabem que é possível poupar sem prejudicar a saúde das populações. Sugeriu, portanto, que na deliberação também se recusasse liminarmente estas alterações de valências, unilateralmente decididas por parte do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo. Em resumo, quando referiu a sugestão que faria para a deliberação final era no sentido de que fosse pedida a imediata suspensão de todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, até à realização de reuniões conjuntas, quer com a Junta da Comunidade Inter Municipal do Médio Tejo, numa primeira fase, quer com todos os Presidentes das Câmara da área de influência do Centro Hospitalar do Médio Tejo, numa segunda fase. Seguidamente, deveriam todos os Executivos dos respetivos Municípios poder

pronunciar-se relativamente às hipóteses, às sugestões, aos caminhos possíveis de otimizar e de reestruturar o Centro Hospitalar do Médio Tejo. -----

Considerou ainda que deveria ser tomada uma deliberação no sentido de solicitar ao Presidente da Assembleia Municipal que, com carácter de urgência, pudesse reunir a Assembleia Municipal de Tomar de forma a que todas as forças políticas, em representação de todo o povo de Tomar, se pudessem pronunciar sobre esta situação. -----

O Sr. Presidente interveio referindo que a população que está na Praça da República espera que a Câmara anuncie alguma medida e, tendo em conta que ainda ia demorar algum tempo até terem um documento final, colocou à consideração do Executivo, deslocarem-se junto da população para comunicarem a posição da Câmara, de repúdio face à reestruturação. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques referiu que ficou sem saber aquilo que o Sr. Presidente respondeu ao Eng.º Esperancinha. A resposta, de acordo com aquilo que disse, só poderia ter sido uma, era que isto não fazia sentido nenhum e Tomar estava contra esta posição. Referiu que estão obviamente de acordo com a proposta que a CDU apresentou e que já foi reiterado, de certo modo, pelos elementos do Partido Socialista. Considera fundamental a suspensão imediata desta reestruturação. Por outro lado, quis deixar clara a posição dos Independentes *por* Tomar. Estas alterações já vêm de longe, ainda agora foi referido pelo Sr. Vereador Luis Ferreira que já o Sr. Ministro Correia de Campos tinha uma solução idêntica à que agora está a ser implementada. Para os Independentes *por* Tomar estas alterações que agora aparecem, são consequência disso tudo. Não vamos acreditar, como é óbvio, que o governo, que tem pouca mais de meia dúzia de meses e uma administração que tem escassas semanas, tivesse já feito uma análise da situação ao ponto de tomarem já medidas destas. Por outro lado, as medidas são sempre contra Tomar. Desde que o Centro Hospitalar do Médio Tejo foi criado que Tomar tem vindo a perder. Quer portanto apresentar um documento, que não é apenas um documento dos Vereadores, mas também do grupo Independentes *por* Tomar que deixa bem vincada a opinião e análise que fizeram de tudo o que aconteceu até agora em relação ao Hospital de Tomar, enquadrado no Centro Hospitalar do Médio Tejo. Espera que o título seja só uma interrogação e que não venha a concretizar-se, porque a concretizar-se seria a última golpada. -----

Neste momento a reunião foi interrompida por um dos populares presentes na sala que referiu que se encontrava uma série de pessoas lá em baixo, ao frio, à espera que lhes dessem uma palavra e

que ali só ouviam discursos. Pediu que descessem lá abaixo e que explicassem, falassem com as pessoas e depois continuassem a reunião. -----

O Executivo Camarário deslocou-se ao exterior e o Sr. Presidente informou a posição da Câmara Municipal de Tomar de repúdio relativamente a reestruturação do Centro Hospitalar do Médio Tejo. -----

De volta à sala de reuniões, o Sr. Presidente retomou a palavra para referir que objetivamente era necessário traduzir num documento aquilo que todos sentem face a esta reestruturação. Um documento consensual sendo que, de facto, concorda com tudo aquilo que ali foi referido. Na sua opinião deveria ainda ser deliberado solicitar, com carácter de urgência, uma reunião ao Sr. Ministério da Saúde. É ele que, neste momento, tutela este Conselho de Administração e é ele que terá a última decisão. Essa reunião deverá ser solicitada, com carácter de urgência, no sentido de obter, aquilo que é o sentimento de todos, a suspensão de facto dessa reestruturação que está em curso e que vai ser formalmente apresentada amanhã.-----

O Sr. Vereador Pedro Marques referiu que queria terminar a sua intervenção dizendo que, em princípio e genericamente, estão de acordo com aquilo que foi reiterado pelos Vereadores do Partido Socialista e de acordo com o proposto pela CDU, no sentido de tudo ser suspenso e no sentido de haver reuniões com os Municípios para se tratar da reestruturação do Centro Hospitalar do Médio Tejo.-----

Da análise que fizeram de todo o processo, concluíram que o Centro Hospitalar tem rios de prejuízos desde que se tornou Centro Hospitalar. No Hospital de Tomar, enquanto este não esteve englobado no Centro Hospitalar do Médio Tejo, este prejuízo não existia. Isto serviu muito para tapar os gastos e as despesas que houve com Abrantes. É importante vincar esta posição, deixar claro todos os lóbis que até agora se movimentaram em detrimento de Tomar e a favor dos outros dois hospitais. Goste-se ou não, essa é a nossa opinião e deixamo-la aqui, como sempre, em primeira mão, na reunião de Câmara. Esperemos que seja a última golpada e que não tenha o efeito de fechar o Hospital de Tomar porque o título deste texto é mesmo este “a última golpada” --

Seguidamente, apresentou a seguinte declaração para a ata: -----

“A ULTIMA GOLPADA-----

Assumido por todas as forças políticas portuguesas como uma das grandes conquistas de Portugal democrático, o Serviço Nacional de Saúde tem sido em Tomar um parente pobre, mal-amado e

frequentemente humilhado. Das expectativas que o Hospital de Tomar trouxe para o Concelho, quase nada resta, a não ser um edifício em degradação crescente e nunca aproveitado na sua plenitude, um desencanto progressivo, que culmina agora na sua morte anunciada e prestes a ser formalmente assumido. -----

A gestão PS e PSD de muitos anos, mais não tem sido que uma intervenção de defesa de concelhos vizinhos em detrimento do nosso concelho, assumida sem pudor nem discrição, perante a patética apatia dos responsáveis locais do PS e do PSD, que das duas uma: ou não sabem mais, ou estão interessados em que tal aconteça. -----

Os responsáveis deste pesadelo têm nome e rosto: Miguel Relvas ligado a Tomar e Jorge Lacão ligado a Abrantes, nunca explicaram a criação do Centro Hospitalar do Médio Tejo, talvez por que isso implicaria ter de explicar e assumir que, na génese dessa fusão, estaria o desastre financeiro da gestão do Hospital de Abrantes e a saúde financeira do Hospital de Tomar. Que digam aos Tomarenses qual tem sido o contributo do Hospital de Tomar para os prejuízos apresentados pelo CHMT. -----

Por razões a que só uma pequena elite política terá acesso, a criação do CMHT foi a forma “airosa” e hábil de garantir a sobrevivência do Hospital de Abrantes e o assumir subtilmente o início da morte do Hospital de Tomar e de Torres Novas, que, apesar de serem estruturas mais novas e com outro potencial em termos de serviços a prestar aos cidadãos, se viram relegados para meras muletas do grande “lobby” Abrantino. -----

Em face de tudo isto e perante a cortina de fumo e contra-informação com a qual se pretende continuar a enganar o povo de Tomar, chegou a hora de arrancar as máscaras e, sem medos, apontar o dedo aos responsáveis por este hediondo desrespeito pelos cidadãos de Tomar, assumindo de uma vez por todas que os actuais gestores do CMHT (convém lembrar que o Eng.º Joaquim Esperancinha é um repetente no cargo e que consigo só traz esperança no nome) são apenas um tentáculo do “Polvo” liquidatário do Hospital de Tomar. -----

Como se torna evidente, as decisões que se estão a pôr em prática não resultam, por certo, de uma análise aturada e específica do Hospital de Nossa Senhora da Graça, mas do cumprimento de políticas da saúde do PS e do “lobby” Nabantino, que o PSD se limita a implementar numa lógica de subserviência e de bipolarização do poder político. -----

Ninguém poderá pensar que em pouco mais de seis meses do Governo PSD e de escassas semanas de administração de Esperancinha, permitam analisar a especificidade do Centro Hospitalar do Médio Tejo e tomar decisões meteóricas.-----

Afirmamos, por isso e mais uma vez, o cumprimento da agenda do Partido Socialista e do “lobby” Abrantino em jeito TPC por parte do PSD e da falta de competência e capacidade da sua estrutura concelhia para enfrentar Miguel Relvas na defesa dos interesses do Concelho de Tomar.-----

Não agem sozinhos, mas a coberto de uma política danosa para os cidadãos por parte da tutela, que utiliza a Troika e a conjuntura financeira do País como justificação para o injustificável.-----

Os Independentes *por* Tomar têm ao longo dos anos, repetidamente chamado a atenção para este cenário de morte lenta e pré-anunciada do Hospital de Tomar. Sempre que pairava no ar alguma alteração na estrutura funcional das valências do Hospital de Tomar, os responsáveis logo se apressavam em minimizar o que apelidavam de rumores. Nunca nos deram crédito; nunca nos deram ouvidos, tendo sido mesmo muitas vezes apelidados de alarmistas e demagogos. Infelizmente todos os rumores por nós, Independentes *por* Tomar, denunciados se tornaram em factos consumados e Tomar continuou impávida e serenamente a ser prejudicado. -----

Mais uma machadada vem a caminho! -----

Apanhemos os cacos ou soltemos a indignação!-----

Para os Independentes por Tomar a opção é clara e inequívoca - os interesses de Tomar ontem, hoje e sempre em primeiro lugar. -----

É necessário que, num processo desta dimensão e gravidade, o PSD, que tem responsabilidade na gestão do Município, envolva de forma transparente todas as forças políticas e forças vivas do Concelho, bem como os Municípios de Ferreira do Zêzere e de Ourém, cujas populações são servidas pelo Hospital de Tomar.” -----

Ainda no uso da palavra, o Sr. Vereador Pedro Marques referiu que, perante isto, deveriam ser tomadas posições firmes e, como já referiu na última quarta-feira, quando da primeira intervenção, será necessário que todos unam as mãos com os concelhos que são servidos por este Hospital. Referiu que, já naquele dia tinham sido feitas nomeações que permitem perceber que o Diretor Clínico nada tem a ver com Tomar, e os Diretores de Serviços, só o de Fisioterapia é que é de Tomar, porque não havia outra pessoa. São todos de fora. Esta situação entende, deve ter um termo rápido. Continuando, referiu que o Eng.º Esperancinha, depois de falar com o Sr. Presidente

da Câmara, não deveria continuar a trabalhar da forma como o estava a fazer até agora. Prepara-se para fazer uma conferência de imprensa, já tomou decisões relativamente às nomeações do Diretor Clínico e dos Diretores de Serviço e, portanto, quase diria que ele não passou cartão nenhum àquilo que o Sr. Presidente lhe disse ou à posição que lá teve, porque continuou todo este trabalho. Não podemos esperar. Com toda a certeza, que quer Torres Novas, quer Abrantes não estão disponíveis para alterar a situação, porque estão claramente beneficiados em relação a Tomar. Como já tinham referido, se ficarmos com a urgência básica, o resto do pessoal para onde vai? Esta questão do pessoal também suscita dúvidas, brevemente podemos estar perante algum despedimento colectivo. Apresentámos uma retrospectiva histórica e chamámos aqui alguns nomes, não podemos ter receio de o fazer. Sentimos todos que, ao longo destes anos, foi Abrantes que efetivamente levou o dinheiro e foi onde foram feitas despesas. Nunca ninguém explicou, e houve passividade nessa altura, a razão de terem levado a maternidade para Abrantes. Ninguém explica porque é que agora a pediatria terá de sair e por que razão vai acabar a medicina interna. Como é que a população de Tomar vai conseguir ter acesso aos cuidados primários e aos cuidados fundamentais de saúde, não vai conseguir. No seu entender portanto, a primeira posição a ter, é a de recusa desta reestruturação que é gravosa para Tomar e, a primeira coisa que eles devem assumir é não avançar com esta situação. Se avançarem, com toda a franqueza, entende que são poucos na rua, têm de ser mais. O único caminho que eles têm para os ouvir, se é que querem ouvi-los. Podem contar com eles para qualquer posição que queiram assumir desde que seja para defender o Hospital de Tomar e a população de Tomar. -----

O Sr. Presidente retomou a palavra referindo que, independentemente daquilo que foram as intervenções de cada um dos Vereadores e as considerações que entenderam fazer neste momento, perfeitamente legítimas, é óbvio que, em termos de objetivos, o que tem de se fazer é uma deliberação dando conta daquilo que é a posição de todos, enquanto Executivo Camarário. Como já aqui foi dito, esta reestruturação, naquilo que é da responsabilidade do Conselho de Administração é para levar para a frente. Percebemos que o Conselho de Administração, pela voz do seu Presidente, Eng.º Esperancinha, pretende levar para a frente esta reestruturação, incluindo aquilo que já aqui foi referido. Neste momento, a responsabilidade final e sob quem devem agir rapidamente é sobre a tutela. O Sr. Ministro da Saúde já terá dado o seu acordo a esta reestruturação. É sobre ele, neste momento, que deve incidir de facto a posição do Executivo, pelo

que deveria ser solicitada uma reunião, com carácter de urgência para, de viva voz, lhe possa ser transmitido tudo aquilo que aqui foi dito e que se reveste em desfavor da população de Tomar. Só assim se poderá tentar inverter ou até anular esta reestruturação que está em curso. Propôs que, com a colaboração de todos, fosse redigida uma deliberação, no sentido de repudiar aquilo que está a ser feito, exigir, de facto, a suspensão desta reestruturação que prejudica objetivamente os interesses da população de Tomar e dos Concelhos vizinhos com proposta de colaboração numa eventual reorganização que tenha em consideração, a salvaguarda daquilo que é o direito à saúde e aos cuidados de prestação da saúde com qualidade junto das populações. Sem pôr em causa eventuais reestruturações, mas sempre com a garantia que as prestações de cuidados de saúde à população de Tomar terão a qualidade e aquilo que nela é essencial. Esta suspensão deve ter em conta estes pressupostos e aqueles que já aqui foram referidos, designadamente as dificuldades que são criadas às populações nas deslocações que obviamente vão ter que fazer com mais frequência para os hospitais de Torres Novas e Abrantes, para além do custo que essas deslocações implicam. -----

O Sr. Vereador Luis Ferreira concordou, em absoluto, com tudo que o foi referido, acrescentando o facto de terem proposto uma reunião com a Junta da Comunidade Inter Municipal, por considerar que a mesma representa o Médio Tejo e, portanto, é naturalmente a estrutura mais próxima daquilo que é o próprio Centro Hospitalar do Médio Tejo. Considerou também a hipótese de ser solicitada uma reunião com todos os Presidentes das Câmara envolvidas, pois apesar de parecer que o problema diz respeito apenas a Tomar, na sua opinião, o problema é muito mais fundo e mais vasto, e tem a ver com uma alteração substancial ao próprio conceito de serviço nacional de saúde. Sugeriu que estas duas questões constassem também da deliberação, bem como a marcação urgente de uma Assembleia Municipal para que todos os representantes do povo, nomeadamente os Presidentes de Junta, pudessem, de viva voz e em órgão formal, pronunciar-se sobre esta matéria. -----

O Sr. Presidente concordou com a intervenção do Sr. Vereador Luis Ferreira e referiu, que tanto quanto sabe, já foi pedida uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal para esse efeito. Não vê portanto qualquer inconveniente que o próprio Executivo Camarário reencaminhe a deliberação que vier a ser tomada para a Assembleia Municipal, bem como solicitar à Comunidade Inter Municipal do Médio Tejo a convocação de uma reunião extraordinária para

analisar esta questão que afecta não só Tomar mas todos os Concelhos envolventes, uns integrados na Comunidade, outros não. Na sua opinião, segundo também referiu, para além da reunião com a Comunidade Inter Municipal, deveria ainda ser solicitada uma reunião aos Presidentes das Câmaras dos Concelhos vizinhos que não se encontrem neste momento integrados na Comunidade Inter Municipal do Médio Tejo. Devem realizar todas as reuniões necessárias de forma a poder ser tomada uma posição mais alargada e também, por essa via, ter posições favoráveis à defesa dos interesses de Tomar e dos restantes Concelhos que também saem prejudicados com a reestruturação em curso.-----

O Sr. Vereador Pedro Marques interveio referindo que concordam com tudo isso, nomeadamente com o pedido de reunião ao Sr. Ministro da Saúde, mas consideram que a decisão é do Centro Hospitalar do Médio Tejo que é quem pode parar o processo. Reiteram que o Eng.º Esperancinha devia cancelar a sua conferência marcada para o dia seguinte e devia cancelar a reestruturação, até que este processo esteja efetivamente desenvolvido, ouvindo, como é óbvio, o Município de Tomar. Questão que considera fundamental. Se isso não for feito, entende que não será depois do processo estar em execução que irão parar seja o que for. Este assunto, só será resolvido, sem ser desfavorável para Tomar, com o cancelamento desta reestruturação. Cancelar a reestruturação, é ficar, para já, tudo como estava. Mesmo a ficar tudo como estava, Tomar continua, em seu entender, a perder, porque ao longo deste processo, foi perdendo valências, competências, sempre em detrimento dos outros. É uma situação que deve parar. Deve ser equacionada uma reestruturação equitativa que não ponha em causa a população de Tomar, Ourém e Ferreira do Zêzere. Relativamente às reuniões com Ourém e Ferreira do Zêzere, considera que devem ser convocadas com urgência de forma a ser tomada uma posição conjunta nesta matéria, porque entende que são as populações que mais diretamente são prejudicadas por esta decisão humilhante para Tomar.-----

O Sr. Presidente referiu ter proposto a intervenção e o contacto direto com o Sr. Ministro da Saúde porque, a informação que recebeu do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo é que, na perspetiva do atual Conselho de Administração, não há recuo possível. Para o Conselho de Administração esta situação é irreversível e, ao que parece, terão tido a concordância da tutela do Ministro da Saúde.-----

Da reunião havida nessa manhã com a CDU, contactou o Presidente do Concelho de Administração no sentido de ir ao encontro deste sentimento geral, que é a suspensão, tendo sido informado que não era intenção do Concelho de Administração suspender essa reestruturação. Reiterou mais uma vez a importância de redigir uma deliberação a solicitar também uma reunião, com carácter de urgência, ao Sr. Ministro da Saúde, uma vez que não há disponibilidade, por parte do Conselho de Administração para suspender o processo.-----

O Sr. Vereador Pedro Marques referiu que a deliberação não deve ficar pelo solicitar mas sim, pelo exigir, e dizê-lo claramente ao Conselho de Administração. Considera que deveria ter sido o Conselho de Administração o primeiro a ter tentado o diálogo com os Presidentes dos Municípios. Não o fez. Se agora, perante esta situação, continua a ir nessa teimosia, entende que devem reagir doutra forma, exigindo mesmo, que o Sr. Ministro da Saúde encontre uma solução para esta questão. Na sua opinião, o Eng.º Esperancinha já perdeu toda a capacidade de diálogo com este Executivo. Ele não está a servir os interesses da população que o Centro Hospitalar do Médio Tejo serve e deve servir. Quem está num lugar destes, com tanta responsabilidade na área da saúde, e não tem efetivamente, respeito pelas pessoas, pelos municípios por quem representa os municípios, toma medidas destas sem ouvir ninguém, quando é chamado ao diálogo, não recua, nem ouve ninguém, no seu entender, está a mais.

É importante que se exija e case não se pare com este reestruturação, devem ser tomadas outras medidas. O Sr. Eng.º Esperancinha, segundo referiu que não se queixe depois que a população de Tomar, efetivamente tomou posições. Contrariamente ao que o terão acusado, não foram para a manifestação para se aproveitarem da situação. Segundo referiu foram à manifestação onde entenderam que deviam estar. Ou estamos ao lado da população, ou não estamos. E num caso destes, considera que efetivamente devem estar ao lado da população. Estar ao lado da população, neste momento, é querer parar com este processo. Se não parar, vai-se arrastando, as pessoas vão se cansando e torna-se num facto consumado. -----

Na sua opinião o Sr. Presidente deveria ligar ao Eng.º Esperancinha para lhe dizer que esta reestruturação deve mesmo parar. Se não parar, na sua opinião, irá ter dificuldades nos próximos tempos, em entrar no Hospital de Tomar. Deve ser exigido respeito. Este Hospital custou muito dinheiro ao Tomarenses. Aquelas infraestruturas, foi Tomar quem as pagou, aquele terreno foi Tomar que teve de o assumir. Não podemos ser tratados dessa forma. -----

Referiu que, com toda a convicção, se o Hospital de Tomar fechar, demite-se imediatamente. Esta situação não pode continuar assim, é uma vergonha. Depois de uma reunião destas, que fiquem calados. Quando soube que o Sr. Presidente tinha reunido com o Conselho de Administração, ficou à espera que lhe ligasse para lhe contar o que se tinha passado. Se o Conselho de Administração não quer recuar na sua decisão, não merece a nossa consideração, porque está a faltar ao respeito a toda a população. O que é que o Presidente de um Centro Hospitalar do Médio Tejo está lá a fazer se não respeita a população que tem que servir. Só serve um, não serve os outros!-----

Questionou como é que as pessoas fazem sem transportes para se deslocarem aos hospitais. Isto não pode ser. O que nos disse agora, foi uma autêntica surpresa. Se soubesse que não pretendiam recuar, não teria ido lá abaixo, porque fomos deixar uma réstia de esperança às pessoas. As pessoas não têm dúvidas de que vamos defendê-las, agora, efetivamente, vamos defendê-las como? Temos que dizer ao Sr. Eng.º Esperancinha que não venha a Tomar, porque não é bem-vindo a Tomar.-----

Decorrida a análise e discussão do ponto único da Ordem de Trabalhos da presente reunião extraordinária, a Câmara tomou a seguinte deliberação: -----

SITUAÇÃO DO HOSPITAL DE TOMAR NO CONTEXTO DO CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO-----

Face à reestruturação em curso do Centro Hospitalar do Médio Tejo, o Executivo Camarário, em reunião extraordinária, delibera, por unanimidade: -----

1. Repudiar o processo de reestruturação e a forma como decorreu, sem acompanhamento dos Órgãos Autárquicos de Tomar; -----
2. Exigir a suspensão imediata do processo de reestruturação do Centro Hospitalar do Médio Tejo proposta pelo actual Conselho de Administração, porque é claramente em prejuízo da população do nosso Concelho e dos Concelhos que serve;-----
3. Mostrar disponibilidade para possíveis alterações que salvaguardem a complementaridade e a reorganização dos recursos do Centro Hospitalar do Médio Tejo, sem por em causa a qualidade dos serviços de saúde prestados à população de Tomar e Concelhos vizinhos; -----
4. Solicitar uma reunião da Assembleia Municipal sobre a situação da saúde em Tomar e no Médio Tejo;-----

5. Solicitar uma reunião à Comunidade Inter-Municipal do Médio Tejo e aos Presidentes das Câmaras vizinhas, por estar em causa, mais do que o Hospital de Tomar, a reorganização dos Serviços de saúde do Médio Tejo e na Região; -----
6. Solicitar, com carácter de urgência, uma reunião ao Sr. Ministro da Saúde, a fim de suspender uma situação tão gravosa para Tomar.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Terminados os trabalhos e sendo dezassete horas e vinte minutos, o Senhor Presidente da Câmara, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

**Para constar se lavrou a presente acta, que eu, Técnica
Superior, designada para o efeito por deliberação do Executivo Municipal de 10 de
Fevereiro de 2011, mandei escrever e subscrevo.** -----
